

ESPAÇOS DE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM UM ANTIGO AEROPORTO DA CIDADE DO RECIFE

Rafael de Oliveira Rodrigues¹

Resumo

Este ensaio procura problematizar as diferentes formas de significação atribuídas aos espaços patrimonializados, tomando como base as diferentes representações e memórias produzidas por diferentes agentes do poder público e da sociedade civil quando da aplicação de políticas patrimoniais. Utilizo como material analítico os diferentes sentidos atribuídos ao espaço de um antigo aeroporto para *zeppelins*, construído em 1930 na cidade do Recife. Atualmente o local tem sido alvo de uma série de intervenções que pretendem fazer dele um parque urbano-turístico em meio a uma área de periferia da cidade. Conclui-se observando que a produção e consolidação de uma memória como legítima termina por colocar em um lugar de esquecimento uma série de outras memórias, as quais poderiam ser evocadas para promover maior ressonância das políticas patrimoniais frente a outros agentes sociais.

Palavras-chave: memória, esquecimento, patrimônio, *zeppelins*, Recife.

Introdução

Este ensaio é um desdobramento da minha dissertação de mestrado, a qual tratava, de modo geral, da política de salvaguarda dos bens patrimoniais brasileiros.² Tomando

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE (2009). É mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina/PPGAS-UFSC (2011). É doutorando pelo mesmo programa, onde faz parte do Núcleo de Antropologia Urbana e Patrimônio Cultural (NAUI) e também da rede de pesquisa *Navegando nas Imagens: Patrimônio Ambiental e Antropologia Visual* do Instituto Brasil Plural. Atualmente desenvolve um estágio de doutorado sanduíche no exterior (PDSE-CAPES), na *Università degli Studi di Roma La Sapienza* (Roma, Itália). Tem experiência na área de Etnologia, Antropologia Urbana, Patrimônio Cultural e Museus. E-mail para contato: rafaelorodrigues@gmail.com ou rafael.deoliveirarodrigues@uniroma1.it

² Cf. RODRIGUES, Rafael de O. *Nos tempos dos “Charutos Prateados”: um olhar etnográfico sobre a*

como objeto analítico uma série de intervenções patrimoniais que pretendiam a construção de um parque urbano-turístico em uma área periférica da cidade do Recife/PE, problematizei as diferentes representações atribuídas a este espaço, concentrando-me, sobretudo, na temática do *patrimônio cultural* relacionada a uma discussão teórico-metodológica já bastante tratada na antropologia: as *representações sociais*. Ao selecionar este tema para o desenvolvimento da dissertação, outras categorias começaram a se fazer presente, dentre elas destaco a *memória* e o *esquecimento*.

Estas categorias têm sido recorrente nos estudos antropológicos que se voltam para as diferentes formas de seleção, construção e produção de *memórias sociais* (cf. Halbwachs 1990; Ricoeur 2000; Hobsbawm e Ranger 1984; Pollak 1989; Nora 1984; Canclini 2005, Padiglione 2012; Arantes 2006; Gonçalves 2007; Lima Filho e Tamaso 2012). Nestes estudos, os patrimônios culturais, os museus e demais lugares de memória são apresentados como locais de consagração histórica de memórias e representações. Estes espaços expressam e materializam *processos de seleção* de memórias e representações sobre culturas, nações e demais agentes sociais, processos estes que se modificam de acordo com determinadas conjunturas histórico-econômicas. Por um lado, esta temática está diretamente associada às relações de poder que envolvem a consolidação de determinadas memórias em detrimento de outras, expressando processos de disputas políticas. Por outro lado, com as transformações decorrentes da forma como estas disputas se materializam nos espaços patrimoniais das cidades, dos museus e demais lugares de memória.

Numa tentativa de refletir estas duas dimensões e acrescentar mais um ponto de reflexão ao tema, retomo minha dissertação para problematizar as relações entre memória e esquecimento subjacentes aos processos de patrimonialização de espaços públicos. Utilizo como base etnográfica os diferentes sentidos de memórias atribuídos ao espaço de um antigo aeroporto de dirigíveis *zeppelins* da cidade do Recife. O aeroporto (conhecido na cidade como *Campo do Jiquiá*) foi construído em 1930 no bairro de mesmo nome. Atualmente, o lugar – tombado em nível estadual em 1983 –

construção de uma antiga base de atracação de zeppelins como um lugar de referencia do Recife. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011. Este trabalho contou com o auxílio de uma bolsa do CNPq entre 2009 e 2011, além de recursos do INCT- Instituto Brasil Plural e da FAPESC.

tem sido alvo de uma série de intervenções que almejam fazer dele um parque urbano em meio a uma região caracterizada como de extrema pobreza da cidade.

A linha argumentativa está dividida em quatro partes. Na primeira apresento um panorama dos estudos de memória nas ciências sociais, problematizando os processos políticos através dos quais uma memória se legitima em detrimento de outra. Depois disso, apresento alguns fragmentos etnográficos para refletir a construção de uma memória histórica dos *zeppelins*. Em seguida, apresento as intervenções que têm incidido no antigo aeroporto dos dirigíveis hoje, e as representações e memórias dos diferentes agentes envolvidos neste processo: o poder público (representantes do Estado da prefeitura e do IPHAN), os moradores do entorno e os moradores da cidade. Por fim, concluo observando que o sentido de patrimônio é uma construção, onde a produção e consolidação de uma memória promovida pelo poder público, muitas vezes, terminam por colocar em um lugar de esquecimento uma série de outras memórias dos agentes envolvidos nestes processos, as quais poderiam ser evocadas para promover maior ressonância das políticas patrimoniais frente a estes.

Memória e esquecimento

É Maurice Halbwachs da Escola Sociológica Francesa quem vai inaugurar uma concepção da memória enquanto fenômeno social, introduzindo a ideia de memória coletiva como uma das categorias analíticas centrais das ciências sociais. Influenciado pela ideia durkheimiana de representações coletivas, Halbwachs (1990), parte do princípio de que logo que um grupo é inserido numa parte do espaço transforma-a à sua imagem, mas ao mesmo tempo submete-se e adapta-se às coisas materiais que lhe resistem, tornando este espaço e os objetos que o compõem um aporte fixador de suas memórias. Ao tomar o espaço como um aporte de memórias coletivas, o autor parte do princípio de que a função primordial da memória – enquanto imagem partilhada do passado – é promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo. Segundo Peralta (2007), esta ideia confere uma ilusão de imutabilidade, deixando de fora a dimensão processual da construção da memória social, ao mesmo tempo em que cristaliza os valores predominantes do grupo ao qual uma memória se refere. É possível observar, portanto, que a memória coletiva se

sustenta numa ideia estática de cultura, sendo esta o alicerce de uma identidade de grupo.

Autores como Sepúlveda dos Santos (2007) e Peralta (2007) chamam atenção para dois problemas presentes nas ideias de representação e memória coletiva da Escola Sociológica Francesa. Primeiro, o fato de que elas negligenciam a dimensão dialógica e conflitiva da representação, da memória e também da identidade. Em decorrência disto, também não dão conta da dimensão processual decorrente das disputas políticas pela hegemonia de determinadas memórias, isto é, os interesses antagônicos relativos à construção e à produção política de uma memória.

Entretanto, a perspectiva de Halbwachs é em muitos aspectos atual, pois a premissa de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do próprio passado e que esta memória é associável a manutenção de um sentimento de identidade ainda é a base dos estudos sobre memória social.

A preocupação com a utilização da memória social como base da consolidação do Estado Nação em finais do século XIX e início do século XX, e com a manipulação desta pela indústria cultural emergente, contribuíram para o surgimento de vários estudos que se concentram na instrumentalização da memória por parte de diferentes regimes políticos, que atuam através dos meios de comunicação social, do sistema de ensino, dos monumentos, dos museus, ou até mesmo através de celebrações e rituais públicos.

Como um marco deste tipo de análise destaca-se o trabalho de Hobsbawm e Ranger (1984). Problematisando as estruturas macro sociais hegemônicas em relação às mudanças micro sociais, os autores procuram demonstrar que tradições são inventadas e difundidas pela esfera política, mediante a produção e imposição de uma memória como mais legítima do que outra. Mas apesar de dedicarem suas atenções as tensões decorrentes da instrumentalização política da memória, a abordagem destes autores termina enfatizando demais os processos de invenção e manipulação por parte do Estado, dando pouca atenção à dimensão micro social (as subjetividades decorrentes de sucessivas apropriações), nas disputas pela hegemonia da memória. É como se o Estado fosse o *emissor* de uma tradição inventada para legitimar uma memória como oficial, e a sociedade civil mais ampla fosse um *receptor*, que recebe as informações de forma passiva, sem capacidade de agência para (re)significá-las e, como consequência,

(re)inventá-las na experiência da vida cotidiana.

Uma alternativa interessante para refletir a agência dos demais segmentos da população envolvida nesses processos é apresentada por Bourdieu (1998). Ao propor a ideia de campos de disputas simbólicas, onde agentes variados (estado, grandes empresas, pequenos grupos ou indivíduos) encontram-se em disputa contínua por capitais econômicos, sociais e culturais, o autor procura refletir a possibilidade de mudanças e transformação em escala micro e macro social. Mas apesar de situar a capacidade de agência individual e de pequenos grupos, o autor termina reproduzindo a ideia de que a agência individual só é possível sob determinadas condições de possibilidades, ou seja, uma estrutura de poder legitimado e consolidada pelo estado.

A relação entre a dimensão fenomenológica e estrutural da memória social, vai ser mais bem trabalhada por autores como Pollak (1989) e Ricoeur (2007). Ao se debruçarem sobre as formas através das quais uma memória se institucionaliza e legitima, problematizando o método de arquivamento e registro proposto pela história, estes autores discutem como determinadas memórias entram para o esquecimento no mesmo momento em que outras entram para história. Inspirados por este trabalho, uma geração de autores brasileiros como Arantes (2006), Gonçalves (2007) e Sepúlveda dos Santos (2007), começam a relacionar a dimensão fenomenológica (os silêncios, os traumas, as reticências de *quem* narra uma determinada memória), em contraponto com a dimensão estrutural da memória (os processos políticos, sujeições, disputas de poder que envolvem a forma *como* uma a memória é narrada).

Estes autores contribuíram sobremaneira para refletir as disputas de poder que envolvem a produção e legitimação de uma memória sobre outras, além de consolidar este campo de estudo nas ciências sociais. Mas ao falar de *poder*, é necessário estar atento para não essencializar esta categoria, sob o risco de objetificá-la (como se o poder fosse um dado material), focando demasiadamente na dimensão do poder do Estado sobre os indivíduos e pequenos grupos que compõem a sociedade.

Numa tentativa de problematizar esta categoria, autores como Foucault (2000) e Derrida (2001), partem do pressuposto de que o poder não se configura como um objeto a priori, mas como algo que se exerce a partir de relações sociais, gramaticais e linguísticas, estando presente, assim, em todas as esferas da vida em sociedade. Partindo da existência de diferentes discursos, Foucault (idem) não considera ser possível a

emergência de uma memória como verdade única, universal e hegemônica que represente toda a sociedade, propondo a ideia de *contra-memória* que concede sempre espaço para o conflito, a resistência e a negociação de significados. Foucault permite refletir, desse modo, não só os conflitos de poder por trás da construção e produção de memórias sociais, mas por trás de toda a produção do conhecimento como um todo.

Com base nestes autores, é possível observar que tanto o processo de construção de uma memória social, quanto do conhecimento científico, de modo geral, tem como base a compactação de uma série de fragmentos heterogêneos de documentos, representações e memórias em um amálgama homogêneo com fins de representar uma memória, ou determinado conhecimento, como uma verdade única.

Desse modo, é necessário estar atento para um princípio epistemológico central nas pesquisas etnográficas sobre memória social, isto é, assim como os documentos e memórias utilizados como dados empíricos nos estudos etnográficos que se debruçam sobre o tema, o método de coleta e montagem dos dados etnográficos também está imerso em relações desiguais de poder, as quais se sustentam sobre o mesmo princípio metodológico acima, isto é, oferecer uma visão geral de um todo, onde fragmentos de documentos, imagens, narrativas, memórias e versões sobre determinado objeto são compactados e montados numa narrativa etnográfica. Numa tentativa de refletir esta questão, sugiro como alternativa deixar evidente analiticamente os caminhos que nos levam às escolhas na concepção das bases teórico-metodológicas no desenvolvimento de etnografias. Em outras palavras, sugiro deixar explícitas as contingências, causalidades e ocasionalidades que permeiam o trabalho de campo etnográfico, problematizando exatamente a forma como fragmentos etnográficos de origens diversas são montados, compactados, não só como meio de construção e produção política de uma memória, mas também na produção do conhecimento.

Gostaria agora de convidar o leitor para um passeio pelo Recife nos tempos dos *zeppelins*, para problematizar um pouco os elementos que ficaram de fora, ou esquecidos, quando da produção de um sentido histórico dos *zeppelins* no Campo do Jiquiá, e como esta memória é apropriada e (re)significada pela população diretamente envolvida hoje com este patrimônio da cidade.

Os Tempos dos Zeppelins

Graf Zeppelin

W Z! K D K A! U Z Q P!
Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin!
Usted me puede dar nuevas del Zeppelin?
Dove il Zeppelin?
Where is the Zeppelin?
Passou agorinha em Fernando de Noronha.
Ia fumaçando!
Chegou em Natal!
(Augusto Severo, acorda de teu sono, bichão!)
Alô, Zeppelin! Alô, Zeppelin!
Rádio, rádio, rádio!
W Z - Q P Q P - G Q A A ... = Jiquiá!
Apontou!
Parece uma baleia se movendo no mar.
Parece um navio avoando nos ares.
Credo, isso é invento do cão!
Ó coisa bonita danada!
Viva seu Zé Pelim!
Vivaôôôô!
Deutschland über alles!
Atracou!
(Ascenso Ferreira, 1930)

Esta epígrafe tem sido bastante evocada pelos meios de comunicação para exaltar os ideais de modernização do Recife em meados do século XX. Os versos compõem o poema *Graf Zeppelin*, do poeta Ascenso Ferreira, e são um registro de um dos momentos de maior euforia que o sonho de modernização já produziu na cidade. Mas, apesar de ser apenas um pequeno fragmento do poema, estes versos oferecem muitos elementos para refletir o contexto de sua produção.

Ao me debruçar sobre ela, uma das primeiras perguntas que faço é: o que os *zeppelins* representavam para sua época, em meados do século XX?

Tateando por algumas possíveis repostas, observo que o poeta simula uma transmissão de rádio em outros idiomas: espanhol, francês, inglês. Olhando para o contexto da época, observo que as aeronaves representavam um grande avanço tecnológico, um meio de transporte capaz de romper fronteiras, juntando pessoas de várias partes do mundo e de diferentes idiomas. Procurando por mais respostas em

fragmentos documentais³ sobre a vinda dos dirigíveis para o Recife, entre 1930-1937, encontro informações de que as aeronaves pertenciam à Companhia Zeppelin e foram criadas no final do século XIX na cidade de *Friedrichshafen*,⁴ na Alemanha, pelo conde *Ferdinand Von Zeppelin*. No período entre 1914-1918, os dirigíveis foram utilizados como arma na I Guerra, mas devido ao desfecho, com a Alemanha derrotada, foram impedidos de ser fabricados.

Apenas em 1927, em decorrência de um acordo político entre os EUA e a Alemanha, eles voltaram a ser fabricados e tiveram suas viagens reiniciadas, numa rota que ligava Europa à América do Norte, consolidando-se como um dos meios de transporte mais sofisticados da época. Para se ter ideia das dimensões de um dirigível, na edição do *Diário de Pernambuco* do dia 22 de maio de 1930, o *Zeppelin* que atracou no Recife pela primeira vez neste mesmo dia media 235m de comprimento, 33,5m de altura e 33,5m diâmetro, com uma velocidade média de 110 km/h, atingindo uma altura de 150 a 200m, com cabines para os passageiros, salão de festas, sala de jantar e toaletes. Enfim, as aeronaves representavam um ícone de modernidade luxuoso e materializavam os avanços tecnológicos alcançados pela humanidade até então. Quando a notícia de que a *Companhia Zeppelin* haviam escolhido o Recife para fazer uma escala técnica na rota dos dirigíveis para os EUA chegou aos meios de comunicação, a cidade entrou num período de muita euforia.

Mas o que estava acontecendo na cidade do Recife nos anos 1930, quando da notícia da vinda dos dirigíveis?

Ao me debruçar mais uma vez sobre a epígrafe, percebo que, além de iniciar o poema simulando uma transmissão de rádio em vários idiomas, o poeta expõe também os contrastes que permeavam a construção de um Recife moderno: de um lado os dirigíveis, simbolizando o novo, o futuro e, do outro lado, o Jiquiá ainda vivendo em um padrão de vida rural, tradicional. Esta tensão entre o moderno e o velho fica evidente ao fim do poema, no regionalismo presente na voz do matuto⁵ que, a se ver diante da

³ Acervo documental construído com base nos arquivos dos jornais *Diário de Pernambuco* (entre os anos de 1930-1937), no Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

⁴ Cidade natal dos *zeppelins*. Hoje a cidade é conhecida atualmente por conter um museu sobre a história dos *zeppelins*.

⁵ Pessoa que vive no mato, no campo. Na literatura brasileira, ficou conhecido como sertanejo, ou o roceiro, estereotipado como indivíduo ignorante ou ingênuo.

novidade, constata, numa sensação de estupor: “Parece um navio ‘avoando’ nos ares. Credo, isso é invento do cão”.

Tateando por mais possíveis respostas em outras fontes historiográficas (Rezende 2002; Gominho 1998), percebo que durante a transição do império para república, o Recife viveu uma transformação na sua paisagem em decorrência da mudança de uma economia rural açucareira, para uma economia urbana, com nova administração no centro da cidade. A organização espacial da cidade passou a ser concebida dentro de uma lógica europeia positivista, pautadas por um ideal racionalista e higienizador, o qual se materializava, por um lado, nos serviços de infra-estrutura urbana, como saneamento, água encanada, luz elétrica, *zeppelins*, por outro, no apagamento das mazelas sociais decorrentes da não adequação de um contingente de ex-escravos não assimilados ao mercado de trabalho que se institucionalizou com o advento da república. A contrapartida destas transformações urbanas, como observa Lubambo (1991), é que surgiram bairros tão pobres e insalubres nas áreas mais afastadas do centro quanto àqueles que os projetos urbanísticos do período procuravam esconder.

Para o poder público e a classe dominante, o moderno significava as intervenções urbanas e os serviços de infra-estrutura que modificavam o traçado do Recife, contribuindo para uma maior mobilidade e para o melhor escoamento da economia e aplicação dos novos serviços de infra-estrutura. Mas o que este ideal de modernidade coloca em esquecimento, muitas vezes, é o fato de que para a população mais afastada do grande centro urbano, o acesso a estes serviços ainda era muito pequeno. O projeto de modernização da cidade não propiciava discussões que abrangessem uma parcela significativa da população, mas apesar disto a implementação destes serviços atingia diretamente o cotidiano das pessoas menos abastadas da cidade.

Sobre este período, Rezende (2002) chama atenção de que os ideais de modernidade estavam presentes na própria imprensa, nos jornais e nas revistas locais. Alguns desses sinais eram visíveis nas propagandas feitas na imprensa de época, cujo conteúdo registrava o uso de termos como moderno, futuro e progresso para valorizar determinados produtos e serviços. Nessa conjuntura político-econômica, as aeronaves se encaixavam como uma luva nos sonhos de modernidade da elite local. Quando a primeira aeronave da *Companhia Zeppelin* pousou no Recife a euforia foi tanta que foi

decretado feriado municipal e a cidade parou para ver o dirigível atracar no Campo do Jiquiá. Nos dias que antecederam o pouso, foi construída toda uma estrutura para manutenção das aeronaves, com fábrica de hidrogênio, hotel, lojas, enfim, uma estrutura moderna, mas apesar disso, a população do bairro esteve excluída deste processo (Rodrigues 2011).

É possível observar evidências dessa exclusão tomando como base outros registros do Jornal *Diário de Pernambuco* no ano de 1930, onde se observa que durante a preparação do aeroporto, diversas modificações foram realizadas no espaço que compõe a base de atracação e bairros vizinhos: terraplanagem da área, alargamento das ruas e avenidas de acesso ao local, além da demolição dos casebres e despejo da população que se encontrava dentro da área escolhida, sendo retiradas todas as famílias que ali residiam. Neste caso, cabe salientar que durante todos os dias em que foram publicadas matérias, no *Diário de Pernambuco*, sobre os preparativos do aeroporto e a vida dos dirigíveis, falo durante todo o mês de maio de 1930, não foi escrita nenhuma linha sobre qual o destino dessas famílias. Ou seja, se foram ressarcidas de alguma forma, para onde foram realocadas, enfim, nenhuma notícia sobre a desocupação da área. Em outras palavras foram esquecidos ou silenciados todos os possíveis conflitos decorrentes deste tipo de empreendimento.

Para dar uma dimensão dos contrastes que separavam o moderno aeroporto dos dirigíveis do atrasado bairro apresento os fragmentos da história de vida de um antigo morador do local. Ao perguntar sobre como era os tempos dos *zeppelins* no Jiquiá, ele lembra que

O dirigível esteve lá pela última vez em 1937, eu nasci em julho de 1938, quer dizer que a minha infância foi escutando a história do dirigível [...] aquele bairro era muito pobre, na minha infância mesmo não havia luz, iluminação pública, era luz de candeeiro, não tinha saneamento, nem água encanada, as casas eram quase todas de palha, eram mocambos mesmo, e o bairro eram só marés [...] tinha uns viveiros e tinha a venda de peixe, era bem folclórico. Tinha muitos campos abertos, hoje não existe mais porque o pessoal invadiu tudo.

Ao falar dos tempos dos dirigíveis no local, ele lembra como era a paisagem na época e acrescenta elementos geralmente esquecidos das memórias de modernização da cidade, as quais foram legitimadas pelo poder público ao longo dos anos, isto é, os viveiros (seguidos do comércio de peixe), os campos abertos e alagadiços com seus mocambos, que caracterizam a paisagem da época. O descompasso entre o sonho de modernidade e a vida cotidiana, permeada pelos contrastes, entre o novo que se impunha e o velho que persistia, dividia a paisagem do Campo do Jiquiá, onde de um lado, temos o Recife que se queria moderno, uma rota no transporte aéreo mundial, do outro, assim como já observado por Gominho (1998), a cidade esquecida dos mocambos,⁶ uma cidade quase anfíbia, localizada às margens dos Rios Capibaribe, Tejiptió, Jiquiá e Beberibe, nas ilhas e alagadiços formados por esses rios: Ilha do Leite, Coelhos, Maruim, Joana Bezerra, do Retiro, entre outras.

Feito este exercício de interpretação do contexto de época da vinda das aeronaves para o Jiquiá, convém perguntar ainda uma coisa: o que aconteceu nos anos que se seguiram ao primeiro pouso do *Zeppelin* na cidade do Recife?

Bem, nos anos que se seguiram a rota que ligava a Europa a América do sul e América do norte através das aeronaves se consolidou com voos regulares. Foram criadas associações e parcerias com outras empresas de aviação emergentes, além de empresas de serviços de carga, correios, entre outras, mas apesar da prosperidade da rota que ligava a Europa ao Recife e aos EUA, em 1937, devido ao acidente envolvendo um dirigível (um modelo *Hindenburg*, também alemão) no Campo de *Lakehurst*, em *New Jersey* (EUA), o transporte por dirigíveis foi suspenso e o aeroporto foi desativado, ficando o antigo Campo do Jiquiá e toda estrutura construída esquecida no local.

Durante este período, a área do antigo campo de pouso passou por diversas fases administrativas: Jurisdição do Governo do Estado de Pernambuco, Norte-Americana, durante a II Guerra. Depois ficou sucessivamente sob administração da Aeronáutica e da Marinha, no período da Guerra Fria, 1950, 1960, 1970 e 1980. Hoje, o terreno está sob administração da prefeitura do Recife (Rodrigues 2011).

Com a intensificação do processo de migração ao longo dos anos que se

⁶ Os mocambos eram um tipo de habitação construída com barro, madeira e palha, encontravam-se em terrenos baldios, como morros, pântanos e áreas de mata. Autores como Freyre (1996) observam que os mocambos eram habitações características dos refúgios de escravos: os quilombos.

seguiram a desativação do antigo aeroporto, somando-se à ampliação dos serviços de infra-estrutura urbana, como transporte público, o Jiquiá e o entorno da área presenciaram um grande crescimento demográfico no decorrer das décadas seguintes. Este crescimento desordenado, somado aos problemas sociais antes citados teve como consequência um processo de favelização no entorno da área. Dadas estas circunstâncias, em 1983 o poder público e a fundação estadual do patrimônio (FUNDARPE) decidiram tombar a torre de pouso dos *zeppelins*, única ainda existente no mundo (*Diário de Pernambuco* 2009), e dar início ao desenvolvimento de uma série de projetos para área, numa tentativa de controlar o processo de favelização. Mas só em 2010 é que estes projetos começaram a ser colocados em prática com a assinatura de um convênio entre o Governo do Estado e o Município, para construção de um parque urbano.

Nesta conjuntura, o poder público e os meios de comunicações locais começaram a evocar as memórias de progresso e desenvolvimento de outrora, quando os *zeppelins* eram um marco de modernização e de melhoria nos serviços de infra-estrutura urbana para cidade. Entretanto, do mesmo modo em que se deu a vinda dos dirigíveis na década de 1930, este empreendimento urbano termina por colocar em esquecimento os mesmos conflitos do passado, isto é, a exclusão da população que vivencia o espaço local.

Os tempos do Jiquiá

Tentei explorar até aqui um pouco as memórias e representações sobre a vinda dos *zeppelins* para cidade, problematizando a forma como estas foram construídas e os esquecimentos que subjazem à produção destas representações de progresso e modernização em que as aeronaves estiveram envolvidas. Concentro-me agora na forma como esta memória das aeronaves é evocada hoje pelo poder público na construção do parque urbano, visando problematizar as diferentes formas de representar e atribuir sentido à memória deste espaço patrimonializado. Destaco as formas como o poder público local tem se apropriado e significado estas memórias em contraponto com as representações e os sentidos atribuídos pela população local sobre o mesmo espaço.

Para a prefeitura da cidade, o ideário desse projeto de construção do parque

urbano, conforme a análise das falas de meus interlocutores, mescla, por um lado, um discurso de cunho mais social, voltado para a melhoria dos problemas que envolvem os bairros do entorno, por outro, ao estímulo do turismo para a cidade. Estes projetos são apresentados pelo poder público com o nome de *projeto padrão*, os quais procuram explorar as potencialidades históricas e patrimoniais do espaço do Campo do Jiquiá, seguindo um padrão, recorrente nestas intervenções patrimoniais, que unem o discurso social ao desenvolvimento urbano.

Durante a idealização deste projeto foi solicitado outro processo de tombamento da área, agora em nível federal, o que salvaguardaria todo ao antigo aeroporto. No decorrer deste novo processo de tombamento, os técnicos do IPHAN criticaram duramente a ideia do projeto padrão. O principal argumento foi de que devem ser levadas em conta as especificidades sócio-culturais e históricas do espaço local, que as intervenções não sejam apenas a transposição de um projeto pré-formatado, sem maiores estudos sobre a área (particular, pela sua história com as aeronaves, mas também pelos seus problemas sociais de invasões dentro do futuro parque urbano). A principal crítica dos técnicos do IPHAN é de que a prefeitura da cidade visa em última instância, à contenção dos processos de invasões no Campo do Jiquiá, fomentando, assim, a especulação imobiliária e um posterior processo de *gentrification*.⁷ Em contraponto, a proposta do IPHAN preza que todas as intervenções sejam pensadas contemplando as expectativas das comunidades do entorno (com elementos que representem a população local, como os viveiros de peixe, citados pelo antigo morador do Jiquiá, por exemplo), mas também mantendo a unidade arquitetônica com base na história do local. Ainda assim, medidas sociais efetivas de apoio às famílias que invadiram a área ou que promovam maior ressonância entre as memórias da população local com o antigo aeroporto estão ausentes em ambas as falas.

As memórias de modernização da cidade são evocadas por ambos os agentes do poder público, entretanto, para a prefeitura, mais especificamente, elas representam uma possibilidade de desenvolvimento turístico, ao mesmo tempo em que conteria os futuros

⁷ O termo *gentrification*, adaptado para o português comumente como *gentrificação*, ou *enobrecimento*, é aqui utilizado no mesmo sentido dado por autores como Zukin (2000) e Smith (2007), que o utilizam para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um seguimento do mercado.

processos de invasão na área. Já para o IPHAN a memórias de modernização aparecem como uma possibilidade de síntese histórica de um período de modernização vivido pelas principais capitais brasileiras em meados do século XX. Estas desavenças quanto à forma como as intervenções e a gestão da memória local vêm sendo aplicadas pela prefeitura fizeram com que os técnicos do IPHAN cancelassem momentaneamente o tombamento, não realizando os estudos necessários que, geralmente, precedem este tipo de intervenções em sítios históricos. Apesar disto, as obras de construção do futuro parque tiveram início no ano de 2010, sem os laudos do IPHAN.

Mas em que medida estas memórias evocadas pelo poder público encontram ressonância frente à população que reside no entorno e nas famílias que invadiram o futuro parque? Será que há semelhanças entre as formas de atribuição de significados a memória daqueles tempos por parte do poder público e da população local, ou existem divergências na forma como eles significam este mesmo espaço?

Voltando o foco das nossas atenções para as falas da população que reside no entorno do futuro parque, é possível perceber que o local está dividido em dois grupos: os que vivem a mais tempo no bairro e os que têm invadido a área ao longo dos últimos anos. Apesar de os primeiros atribuírem muitos dos problemas sociais como assaltos, violência e tráfico de drogas aos que têm invadido o espaço que compõe o Campo do Jiquiá, ambos convergem em uma demanda: mais acesso a serviços básicos de infraestrutura urbana, como saneamento, luz elétrica, água encanada, transporte. Uma de minhas interlocutoras, comerciante autônoma e moradora local, destaca que as intervenções que têm incidido na área são uma possibilidade da população local se ver livre dos problemas sociais associados diretamente às famílias que têm invadido a área. Para ela o futuro parque temático

[...] vai ser importante pros negociantes e para os próprios moradores [...] se for feito bem organizado, com policiamento, os moradores vão se beneficiar muito e os comerciantes com certeza também, estou torcendo para que esse projeto saia [...] vão ser muitas oportunidades pros jovens de classe média e também de renda baixa de participar, principalmente os museus e a parte cultural e de aprendizado.

A produção do Campo do Jiquiá (baseada na história do progresso advindo com os *zeppelins*) como um parque urbano encontra ressonância na fala da informante em três aspectos. Primeiro por relacionar o parque a uma maior valorização da área contribuindo para o aumento nas vendas e numa maior dinamização do comércio dos bairros que compõem o entorno (San Martim, Mangueira e Jiquiá). Segundo, ao relacionar a construção do parque com o aumento do policiamento, logo, diminuição dos processos de invasões, do tráfico de drogas, assaltos à mão armada e, inclusive, homicídios. Por fim, o aspecto da educação, presente também no discurso do poder público, como forma de mobilizar, além dos elementos desenvolvimentistas advindos com o turismo, também os do desenvolvimento através da educação. Cabe destacar, como já foi dito, que essa fala do poder público termina sendo um lugar comum destes projetos, em que o poder público não esclarece como a população carente da área terá acesso aos recursos educativos, uma vez que boa parcela desta população terá que ser despejada para construção do futuro parque. Interessante notar que o discurso do poder público encontra ressonância na fala da informante. Ela se apropria da representação de uma memória de progresso e desenvolvimento construída pelo poder público para o novo espaço (um parque baseado na relação da cidade com os *zeppelins*, o qual irá trazer uma série de benefícios relacionados à infra-estrutura urbana).

Mas será que há alguma semelhança ou divergência nas formas de atribuição de significados ao Campo do Jiquiá entre as famílias que moram há mais tempo no entorno e as que invadiram a área? Em outras palavras, quais memórias (ou elementos da memória da população do entorno) são colocadas em esquecimento quando do reconhecimento apenas das memórias da modernização da cidade, evocadas com as aeronaves?

Procurando aprofundar um pouco mais esta questão, é possível perceber que, para as famílias que invadiram a área do futuro parque, as memórias evocadas quando se refere ao espaço do Campo do Jiquiá divergem tanto das do poder público quando da comerciante local. Ao perguntar para uma das moradoras de uma das invasões mais recentes como eles imaginavam que será o novo parque urbano da cidade, ela desabafa:

Acho que vai haver segurança 24 horas. Então, eu não vejo como nós vamos usufruir desta área. Eu acho que esse patrimônio vai ser só pra

turista, desde o começo das obras isso ficou bem claro, pela falta de diálogo, isso aqui é patrimônio pra eles, pra mim, patrimônio era o campo de futebol que era um lazer para os jovens, para os idosos [...] eles inventaram de fazer esse parque aqui, mas antes havia um campo de futebol, todo fim de semana tinha campeonato, pra criançada, pros adolescentes, pros idosos, então eles vieram aqui e fecharam o campo pra começar as obras [...] esse campo foram os próprios homens daqui que construíram há uns seis anos.

É evidente que o policiamento 24 horas será uma medida para conter futuros processos de invasões e impedir a entrada deles mesmos no futuro parque. Este fragmento de história de vida permite constatar que, se em meados da década de 1930 o projeto de construção do antigo aeroporto se mostrava excludente, este projeto de construção do parque urbano segue os mesmos princípios de exclusão social. É como se houvesse um tipo de retorno ao passado não apenas na forma como o poder público evoca as memórias de modernização do Recife para divulgar os avanços que essa história ainda hoje pode trazer para a área de abrangência do futuro parque, mas também na forma como este ideal desenvolvimentista se materializa no despejo das famílias que ali residem, sem nenhuma política eficaz de assistência para elas.

Gostaria de destacar também que, mesmo que o discurso do poder público não encontre ressonância entre a população mais carente que invadiu a área, a população também atribui significados de memória ao espaço que antes fora um campo de pouso de zeppelins, não pela importância histórica das aeronaves na fase de modernização da cidade – que ainda não chegou para estas pessoas que aí residem –, mas sim pelo antigo campo de futebol. Este campo de futebol ficava dentro da área prevista para o parque e é o local exato onde estão sendo iniciadas as intervenções com a construção de uma quadra poliesportiva. Mesmo com o fato de estar sendo construída uma quadra para prática de vários esportes no local do antigo campo de futebol, as famílias que ali residem, em contato direto com o espaço que tem sido ressignificado por esta política patrimonial, ainda assim, não se sentem representadas.

Se na fala dos moradores mais antigos os viveiros aparecem como elemento fixador de memória ao espaço do antigo campo do Jiquiá, na atualidade, é o campo de

futebol que evoca esse sentimento pertencimento, de significação deste em lugar de referência. Justamente estes pontos de identificação – presentes durante toda história do bairro com os dirigíveis – estão sendo negligenciados pelas instâncias competentes, ou seja, apagados, entrando para o esquecimento da memória dos dirigíveis no Recife. Todavia, como observado nas falas acima, estas memórias do cotidiano local ressurgem como fantasmas do passado para assombrar o presente.

Considerações Finais

O principal objetivo deste ensaio foi realizar uma reflexão sobre a relação entre memória e esquecimento, no contexto das intervenções patrimoniais que têm incidido no Campo do Jiquiá, na cidade do Recife. Através da análise desta relação foi possível discutir a construção social do espaço, problematizando-a como uma representação, uma produção cultural sujeita a diferentes apropriações e significações. Esta reflexão foi fundamental para perceber que, em contextos de patrimonialização dos espaços urbanos, tanto o poder público como sociedade civil de modo geral se apropriam deste espaço, produzindo memórias, ou referências, diversas sobre ele.

Através da análise de cada um dos lugares identificados no entorno da antiga base de atracação dos zeppelins, observa-se como a população do local, mas também o poder público, representam e se apropriam deste espaço, produzindo lugares de memória que muitas vezes divergem uns dos outros. Em outras palavras, é possível observar, no contexto das intervenções do futuro parque, como os lugares construídos pelas políticas patrimoniais diferem dos sentidos atribuídos a eles pelas populações que os habitam. Retomando mais especificamente a fala dos moradores residentes no entorno do bairro do Jiquiá – no passado e no presente –, percebe-se que nenhum elemento da paisagem local, como os viveiros de peixes de outrora e os campos de futebol do presente, são evocados ou referenciados, numa tentativa de promover maior ressonância do bem em relação à população que vivencia o espaço local.

Não existe uma relação meramente dicotômica entre o poder público e as populações periféricas, portanto, mas sim a existência de uma pluralidade de formas de significar a memória do espaço que compõe o Campo do Jiquiá: entre o poder público e a população do entorno; entre as próprias instâncias do poder público como o observado

entre o IPHAN, a prefeitura local e o estado; entre a população dos três bairros que compõem o entorno e as famílias que têm invadido a área. Em síntese, a complexidade social sobre o que seja o fenômeno da memória, em contexto patrimonial, extrapola as dicotomias convencionais e enseja o estudo das distintas formas que compõem o processo.

Referências bibliográficas

ARANTES, A. A. 2006. *O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana*. Rev. Habitus. Goiânia.. V. 4, n. 01, p. 425-435.

BOURDIEU, Pierre. 1998. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CANCLINI, Nestor Garcia. 2005. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Nueva Edición. Buenos Aires: Paidós.

DERRIDA, Jacques. 2001. *Mal de arquivo – uma impressão freudiana*. Relume Damará.

FREYRE, Gilberto. 1996. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Record.

FOUCAULT, Michel. 2000. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. 1998. *Veneza americana vs mucambópolis. O Estado Novo na cidade do Recife*. Recife, CEPE.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2007. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda.

HOBBSAWM, E. J; RANGER, T. O. 1984. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LIMA FILHO, Manuel e TAMASO, Isabela. 2012. *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. 1991. *O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife. Cepe, Fundação de Cultura Cidade do Recife.

NORA, Pierre. 1984. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

PADIGLIONE, V. 2012. Efeito marco. *As mediações do patrimônio e a competência antropológica*. Tradução de Dagoberto Bordin, Jeana Santos e Rafael O. Rodrigues. In CASTELLS, A. N. G. (org). DOSSIÊ : Cidade, Patrimônio e Museus. Ilha. Revista de Antropologia da UFSC (Florianópolis), v. 14, p. 9-16.

PERALTA, Elsa. 2007. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In Arquivos da Memória. Antropologia Escala e Memória, n. 2 (Nova Série). Centro de estudos de etnologia portuguesa.

POLLAK, Michael. 1989. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, 3, p. 3-15.

REZENDE, A. P. M. 2002. *O Recife: histórias de uma cidade*. 1º. ed. Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife.

RODRIGUES, R. O. 2011. *Nos tempos dos “Charutos Prateados”: um olhar etnográfico sobre a construção de uma antiga base de atracação de zeppelins como um lugar de referencia do Recife*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

RICOEUR, Paul. 2000. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.

SEPÚLVEDA DOS SANTOS, Myriam e ARAÚJO, Maria Paulo do Nascimento. 2007. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. In Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, dezembro, p. 95-111.

SMITH, Neil. 2007. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global. In: Catherine Bidou- Zachariasen, De volta à cidade. São Paulo: ANNABLUME, p. 21-59.

ZUKIN, Sharon. 2000. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Antonio A. Arantes (org.), O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, p. 208-256.

Outras fontes consultadas

Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Coordenação de microfilmagem. Arquivos do Jornal Diário de Pernambuco:

Diário de Pernambuco, 11 de abril de 1930, p. 3.

Diário de Pernambuco, 16 de abril de 1930, p. 1 e 2.

Diário de Pernambuco, 26 de abril de 1930, p. 3.

Diário de Pernambuco, 3 de maio de 1930, p. 3.

Diário de Pernambuco, 18 de maio de 1930, p. 1.

Diário de Pernambuco, 22 de maio de 1930, p. 1 e 2.

Diário de Pernambuco, 23 de maio de 1930, p. 1 e 2.

Diário de Pernambuco, 27 de maio de 1930, p. 1.

Diário de Pernambuco, 7 de junho de 1930, p. 1.